

S
UFRJ/IEI
TD17

044603-3

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 17

KEYNES E A VELHA TRADIÇÃO
DO CICLO

Antonio Barros de Castro

1983

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

KEYNES E A VELHA TRADIÇÃO DO CICLO

Antônio Barros de Castro



43 - 016230

FEA - UFRJ
BIBLIOTECA
Data: 24 / 09 / 84
N.º Registro: 044603-3
US98963

S
UFRJ/151
TD/17

Keynes e a Velha Tradição do Ciclo

Antonio Barros de Castro

INTRODUÇÃO

No ano de 1934, Keynes foi convidado a participar de um ciclo de palestras intitulado, sugestivamente, "pobreza em meio à abundância". Em sua conferência diria Keynes, que os participantes do encontro poderiam ser divididos em dois grupos:

"De um lado estão aqueles que creem que o atual sistema econômico é, no longo prazo, um sistema auto-ajustável". Do outro lado encontram-se aqueles para os quais "O sistema não é auto-ajustável, e, sem uma direção intencional, não é capaz de traduzir a nossa atual pobreza, na nossa abundância potencial". (1)

Um bloco seria o da ortodoxia, liderada naquele certame por Lionel Robbins. A ele se contrapunham os "heréticos" e, entre eles, destacadamente, Hobson. Keynes, de sua parte, flertava abertamente com os heréticos, advertindo, no entanto, que a cidadela da ortodoxia não seria conquistada por teses tais como a do sub-consumo e a do excesso de poupança. Outras armas teriam de ser forjadas e - anunciava Keynes - vinham sendo forjadas no arsenal de Cambridge.

A crença na capacidade de auto-regulação constitui

efetivamente o cerne do pensamento ortodoxo. Os que a rejeitam, porém, não podem ser encapsulados numa mera posição de negação do auto-ajustamento. Concretamente, a disjuntiva apresentada por Keynes não oferecia espaço para uma linhagem de autores que, de Marx a Mitchell e Schumpeter haviam se preocupado em estudar as crises, bem como as situações de auge e de retração, periodicamente atravessadas pelo capitalismo. Para eles, as crises econômicas não são o resultado de acidentes e/ou erros. Longe disto, o funcionamento usual e corrente do capitalismo produz situações, das quais, de forma mais ou menos abrupta irrompem as crises. Estas, localizadas de início em algum segmento da economia, rapidamente se propagam, atingindo com intensidade maior ou menor a totalidade do sistema.

As crises ditas gerais, contradizem a regulação automática visualizada pelos ortodoxos. Ocorre, porém, que as próprias crises, ao eliminar excessos especulativos, liquidar empresas menos competitivas, redisciplinar os trabalhadores (desorganizados e intimidados pelo desemprego), impõem um realinhamento favorável à retomada da expansão. Desta forma, os teóricos do ciclo que denunciam o mito ortodoxo da autoregulação que evita crises, admitem a autocorreção via crises. Para eles, a economia não gravita em torno a um estado ideal, seja ele concebido como equilíbrio geral, ou como equilíbrio de longo prazo. Esta hipótese, conveniente à construção de uma teoria dos preços, obstrue e falseia o estudo das situações apresentadas pelo capitalismo. Por outro lado, tampouco seria válido abandonar o estudo das fases ou estados do capitalismo sob a

ESQUIZO
- FRENICO

alegação - jamais fundamentada - de que o capitalismo teria atingido uma etapa madura, ou mesmo "senil", a partir do qual a crise seria a norma. Em suma, e não obstante divergências de ordem vária, os teóricos do ciclo tem em comum a convicção sigelamente expressa por Mitchell, nas seguintes palavras: "Ao invés de um estado "normal" dos negócios, interrompido por crises ocasionais, vemos um estado dos negócios em contínua mutação"... (2)

* * *

Keynes não desconhecia os teóricos do ciclo. Suas referências a eles encontram-se no entanto (e, talvez, paradoxalmente) no Treatise, onde a variação do nível de atividade, objeto por excelência das teorias do ciclo, não é tida em consideração. (3)

Quanto à Teoria Geral, que pretendendo explicar o que determina o volume de emprego a qualquer momento, deveria "ser capaz de explicar o fenômeno do ciclo" (4), não faz qualquer menção aos teóricos do ciclo. A alternativa aos "clássicos" seria, ao que parece, "o bravo exército dos heréticos", de Mandeville e Hobscon. (5)

A omissão feita por Keynes prosseguiria em seus discípulos. E isto a tal ponto, que mesmo aqueles que como H. Minsky defendem presentemente a retomada de uma "perspectiva cíclica" - definida em termos similares, são idênticos aos da ve-

lha tradição do ciclo - , fazem questão de ignorá-la. (6)

A atitude parece-me equivocada. Quando mais não fosse, porque a partir de meados dos anos 60 o capitalismo voltou a apresentar problemas e situações familiares aos teóricos do ciclo, (7) e inteiramente ignorados, quer pela ortodoxia, quer por Keynes e sua atribulada descendência. Se estas questões vão sendo reabertas, porque não redescobrir também os autores que dela fizeram o seu terreno científico?

Nas páginas que se seguem, busco recuperar algumas idéias centrais da velha tradição do ciclo. O trabalho recorre livremente ao acervo de idéias por ela acumulado, não havendo pretensão de fidelidade a autores ou tendências: desde que o estilo arquitetônico daqueles teóricos possa ser reconhecido, considero respeitada a sua mensagem.

Como recurso de exposição, trato de contrastar, inicialmente, a velha tradição do ciclo e os "clássicos" (aqui referidos como ortodoxos). Esta prática, que rendeu tantos serviços (e não poucas dores de cabeça) a Keynes, será seguida de uma contraposição da Teoria Geral com a velha tradição do ciclo. Pretende-se então deixar claro que, neste caso pelo menos, as deficiências do keynesianismo não devem ser atribuídas a epígonos e bastardos. O estudo dos estados da economia foi a tropelado - e o respectivo marco teórico drasticamente marginalizado - por Keynes em 1936. (8)

Tradição do Ciclo X Ortodoxia

Na visão ortodoxa a economia é encarada como um sistema de trocas, ao qual se acrescenta um meio de pagamento: a moeda. Neste contexto, em que renda implica gasto, não podem em princípio verificar-se crises, e a economia (assegurada a flexibilidade dos preços) não tem porque afastar-se do pleno emprego. Historicamente este é o cenário identificado como o império da lei de Say. (9)

A tradição do ciclo, em contraposição - e na esteira de Marx - não pensa a economia em termos "reais". Mais precisamente, a moeda não é um mero elo na cadeia económica: uma vez vendida a mercadoria, ela passa a existir, para o ex-proprietário, sob a forma monetária, e o seu destino não é, necessariamente, a aquisição de outra mercadoria. Ao oferecer aos seus detentores a possibilidade de um refúgio (ou suspensão) de poder de compra a moeda permite, em suma, a ruptura da cadeia económica, explicando, por conseguinte, a possibilidade da crise. (10)

A presença ativa da moeda, magnificada pela ação dos bancos, ocupa um lugar de destaque nas Teorias do Ciclo. Cassel, para quem "o mundo dos negócios em sua totalidade descansa sobre a base da liquidação pontual das obrigações vencidas", coloca a moeda e os bancos no cerne da dinâmica cíclica. Schumpeter, de sua parte, atribuiria ao mercado de dinheiro, o papel de "estado maior do sistema capitalista." (11)

Para um ortodoxo, constante as preferências intertemporais. (consumo presente x consumo futuro), e o gasto dos consumidores, a duplicação do tamanho de uma economia se daria mediante a duplicação de seus elementos. A convicção é explicitada por Marshall, segundo o qual: "Se pudéssemos repentinamente dobrar o poder aquisitivo do país, duplicaríamos a quantidade de mercadorias em todos os comércios; mas, com a mesma ocorrência, dobrávamos o poder aquisitivo. Todos teriam uma demanda duplicada, assim como uma oferta duplicada; todos poderiam comprar duas vezes mais, porque teriam o dobro para oferecer em troca". (12)

A posição de Marshall (em última análise, mais uma formulação da lei de Say), permite uma nova e importante confrontação.

Para um teórico do ciclo, a economia muda ao se expandir, bem como ao se retrair. E isto porque os setores (indústria e finanças, departamento produtor de bens de consumo e departamento produtor de meios de produção, atividades inovadoras e tradicionais), e as rendas (lucros, juros, salários) tem trajetórias próprias e distintas ao longo do ciclo. Destes movimentos divergentes e, não raro, conflitivos, resultam situações as quais, sistematizadas, compõem as chamadas "fases" do ciclo.

Esta abordagem, que privilegia as assimetrias, defasagens, e conflitos, encontra-se já plenamente estabelecida em

Tugan Baranovsky. Para ele, as indústrias de base, os lucros, e os salários (massa) são elementos cíclicos por excelência. Outras atividades e rendas são mais estáveis. Os juros sobre títulos do Estado, ou sobre hipotecas, por exemplo, são rendas acíclicas operando, em consequência, como amortecedores. As relações entre fatores com hipersensibilidade cíclica e fatores cíclicamente neutros, fornecem o material com que Tugan constrói a sua imponente Teoria dos Ciclos⁽¹³⁾. Estava assim constituído um novo campo de investigações, cujas origens encontram-se em Marx, e cujo desenvolvimento anterior caberia, entre outros, a Cassel, Aftalion, Kondratieff, Schumpeter e Mitchell. Esta tradição não sobreviveria, contudo, à Teoria Geral de Keynes.

Críticas de inspiração keynesiana à tradição do ciclo

Não obstante conceber a moeda como possível "refúgio" de poder de compra; não obstante ter a crise como um estágio a que a economia chega levada por seus impulsos internos, os teóricos do ciclo foram acusados de não haver se libertado da famigerada lei de Say⁽¹⁴⁾. Segundo Metzler (numa passagem que sintetiza críticas encontráveis em diversos outros autores), nas velhas teorias do ciclo "era feita a tácita suposição de que uma dada mudança na produção cria uma correspondente mudança na demanda por esta produção. Esta aceitação da Lei de Say dava uma exagerada aparência de instabilidade ao sistema econômico e fazia necessário introduzir fatores limitativos para explicar os pontos de reversão nos ciclos"⁽¹⁵⁾.

A acusação de Metzler encobre sérios mal entendidos que caberia talvez esclarecer. Para tanto faz-se necessária, porém, uma pequena digressão.

Diversas vezes assinalou Keynes que para os ortodoxos - e ainda quando esta premissa não chegue a ser explicitada - o nível de atividades é dado. Keynes pretende destacar com isto, que "a suposição normal de teoria clássica é de que um aumento no investimento envolve uma diminuição do consumo"⁽¹⁶⁾. O realce dado pelo autor a esta suposição decorre, seguramente, de sua própria experiência; Keynes movia-se ainda dentro deste círculo de giz, nas páginas do Treatise.

O multiplicador de Kahn viria liberar Keynes da referida premissa ortodoxa. Através dele fica revelada a existência de um mecanismo que vincula a variação do consumo à do investimento. Ambos se movem na mesma direção, daí resultando variações do produto (ou emprego) global.

A renda adicional, resultante da ação do multiplicador pode exceder significativamente o acréscimo de investimento (ou gasto público, ou exportações). Mas é fundamental perceber que não existe, aqui, um processo cumulativo. O acréscimo inicial do investimento é literalmente sobreposto à economia: a seguir, reposta a identidade poupança-investimento, a expansão é desativada, cabendo ao multiplicador explicar a passagem da economia de um a outro nível de atividade (ou emprego).

Na tradição do ciclo, em contraposição, admite-se de partida a existência de processos cumulativos. Concretamente, dois destes processos estão em regra presentes nas várias teorias: o referente a estoques, e o que vincula a produção de bens de consumo à de meios de produção⁽¹⁷⁾.

No que toca a estoques, referimo-nos ao conhecido mecanismo de curto prazo, segundo o qual uma tentativa de redução de estoques leva a uma diminuição de encomendas, que tende a elevar - ao invés de rebaixar - os estoques. Segue-se, em conseqüência, uma nova tentativa de redução de estoques...

Mas o processo cumulativo por excelência surge, nas

teorias do ciclo, vinculado à ação do acelerador (18). Este, na primeira aproximação, poderia ser assim retratado. Um aumento da produção de bens de consumo gera encomendas, cujo atendimento exige a elevação mais que proporcional da produção de meios de produção; torna-se, pois, necessário contratar trabalhadores e, em consequência, expandir a produção de bens de consumo; esta nova expansão terá mais uma vez efeito amplificado sobre a produção de meios de produção, e assim por diante.

Sumariando.

As teorias do ciclo admitem a existência de mecanismos cumulativos, através dos quais a expansão engendra a expansão, e vice-versa. Haverá nisto uma reincidência no domínio da lei de Say? Certamente não.

No contexto do ciclo, onde as transações com duráveis mereceram sempre um grande destaque, os agentes econômicos estão permanentemente tratando de satisfazer compromissos anteriormente assumidos, e considerando a conveniência de se engajar em novos compromissos. Além disto, na cadeia de reações deflagrada pelo acelerador, as pressões rapidamente se deslocam para a base da economia, onde são requeridos investimentos de longo prazo de maturação. Por estas, bem como por outras razões, as condições de liquidez e crédito sempre foram entendidas como de fundamental importância na dinâmica cíclica. Ocorre, porém, que o sistema bancário opera com um timing e uma lógica próprias. Nada garante que a sua capacidade - e

disposição - de prover recursos financeiros coincida com as necessidades derivadas da expansão, e ampliadas pela especulação. As rêdeas creditícias podem, em suma, ser subitamente encurtadas, em função de dificuldades - ou mesmo apreensões - surgidas no sistema creditício (19). Na situação assim criada, a rede de compromissos financeiros é subitamente posta sob ameaça. Neste quadro, em que os negócios especulativos estouram como "bolhas de sabão" (a expressão é de Marx), a liquidação de ativos, e a venda para cancelar dívidas tornam-se práticas correntes. Não é necessário sublinhar o quanto isto discrepa do mundo segundo Say.

As críticas de Metzler merecem, no entanto, mais um reparo.

Nas velhas Teorias do Ciclo não existem "fatores limitativos", introduzidos para promover a reversão, como pretendia Metzler. Os fatores por eles contemplados estão pelo contrário presentes todo o tempo, podendo atuar quer como freios, quer como fatores de impulsão, de acordo com a fase do ciclo considerada. Assim, por exemplo, na recuperação, a reabsorção de capacidade ociosa, combinada com a abundância da mão-de-obra permite que a produtividade cresça à frente dos salários. Esta defasagem dos salários, por sua vez, possibilita a acomodação estrutural imposta pelo crescimento mais que proporcional da demanda de meios de produção. Posteriormente, esgotado o exército de reserva, as empresas passam a disputar os trabalhadores, o que cria condições favoráveis ao recrudescimento de suas

reivindicações [20]. Vê-se, pois, que o relacionamento empresas x trabalhadores não é uma questão que surge quando a economia toca o "teto" do pleno emprego - como em determinados modelos de inspiração keynesiana. Nestes casos sim, lança-se mão de "fatores limitativos", explicitamente concebidos como "exógenos".

9. Foi dito
1950 ANTES

Keynes x tradição do ciclo; grandes contrastes

Há sem dúvida pontos em comum entre a Teoria Geral e a velha tradição do ciclo. Assim, diversas premissas ortodoxas negadas por Keynes, haviam sido também rejeitadas por teóricos do ciclo. Além disto, algumas das grandes questões levantadas por Keynes, haviam sido devidamente destacadas na tradição do ciclo. Dentre elas, uma apenas será aqui mencionada. Para Tugan Baranovsky, bem como para Keynes: "A economia capitalista dispõe de uma reserva enorme de forças produtivas, das quais uma parte apenas encontra emprego" (21).

Vamos porêr aos contrastes, objeto desta seção.

Keynes declara no prefácio da Teoria Geral, que de acordo com o seu método de análise, o comportamento da economia depende "da interação da oferta e da demanda" (22). A oferta e a demanda aí referidas são, como bem se sabe, finais e agregadas,
ESPERADAS??

Não obstante referir-se à oferta e à demanda, Keynes está quase exclusivamente interessado nesta última, a qual segundo êle havia sido deixada de lado pela teoria econômica, "por mais de 100 anos" (23). O destaque atribuído à demanda tinha também para ele, como é bem sabido, uma motivação de ordem prática e política: "nós não devemos encarar as condições de oferta - isto é, nossas facilidades para produzir - como a fonte fundamental de nossos problemas. E se isto é aceito, parece seguir-se que são as condições de demanda que nosso diagnóstico

necessita explorar e tentar explicar" (24).

Profundamente crítico em relação ao tratamento dado pela ortodoxia à demanda (que, na linhagem Say, existe como uma mera derivação da oferta, Keynes iria aceitar a ortodoxia, no que se refere à oferta. Esta será para ele, segundo declara em comentários às críticas de Robertson, "somente uma reelaboração do nosso velho amigo a função oferta" (25).

A escolha feita por Keynes no sentido de estudar aquilo que determina a oferta e a demanda como um todo, constitui uma transposição para o plano global, da análise marshalliana do equilíbrio parcial (26). No que toca à demanda, a primeira tarefa que se propõe Keynes é desimbuti-la da oferta. Quanto a esta, que permanecerá de fato, um mero análogo da velha função de oferta, haveria que enfrentar de partida um sério problema. Agregar a oferta implica abstrair das especificidades próprias, quer às formas de produzir, que aos produtos obtidos. A solução encontrada por Keynes é bem conhecida: a curva de oferta agregada relaciona quantidades de trabalho e preços da oferta. Implicitamente, o aparelho produtivo é assim reduzido a uma caixa preta onde entram unidades de trabalho e sai algo especificado (ou medido) como "preços de oferta".

Para a tradição do ciclo, contudo, e como mais de uma vez assinalou Schumpeter, a anatomia de produção é fundamental. É a partir do comportamento diferenciado dos setores (e das rendas) que irão configurar-se as situações estudadas pela

Keynes e o ciclo: dois caminhos

A expansão explicada pelo multiplicador por si só não reverte. Reestabelecida a identidade poupança - investimento, como já foi assinalado, cessa o movimento. Se, por acaso, o movimento levar ao pleno emprego, atingido este ponto, o crescimento se transfere para os preços (30). Em ambos os casos, manifestamente, não nos encontramos diante de movimentos cíclicos.

Por outro lado, se a propensão a consumir for muito elevada, os movimentos em qualquer direção serão desmesuradamente grandes. Em tal caso, "um aumento do investimento, ainda que pequeno, poria em movimento um aumento cumulativo da demanda efetiva, até que uma posição de pleno emprego fosse atingida; enquanto um decréscimo do investimento poria em marcha um decréscimo cumulativo de demanda efetiva, até que ninguém mais encontrasse emprego" (31).

Estas são as questões que Keynes tentará responder no capítulo 18 da Teoria Geral. Trata-se, em suma, de explicar porque razões no mundo real, os movimentos "tendem a desfazer-se antes de atingir extremos e a reverter"... (32). A explicação seria buscada naquilo que o autor denomina "condições de estabilidade".

As condições de estabilidade seriam decorrentes de características especiais do mundo em que vivemos. Assim:

pótese de constância do estoque de capital seria porém substituída, já em Keynes (28), por uma premissa algo mais flexível: o estoque de capital altera-se ao longo do ciclo, em função do descompasso entre desgaste e reposição de capital. Descontada a variação ocorrida no âmbito do ciclo, no entanto, o estoque de capital permaneceria inalterado.

A mudança que acabamos de apontar sugere alguns comentários.

Ao deixar de lado a efetiva variação quantitativa e qualitativa do estoque de capital, Keynes e seus seguidores (29) introduziram uma radical separação entre ciclo e crescimento econômico - que passariam a constituir capítulos distintos de chamada dinâmica keynesiana.

Por outro lado, a expansão concebida como o resultado do predomínio da reposição sobre o desgaste do capital, e o declínio concebido como o seu inverso, poderiam quando muito servir de primeira aproximação ao estudo da retomada e da retração. Ficam, no entanto, de fora, a expansão propriamente dita, o auge (boom), a crise, e a depressão, a qual não deve ser confundida com retração. É bem verdade que no capítulo 22 Keynes ultrapassa de longe o estreito marco a que acabamos de nos referir. Ele prevalece, no entanto, no capítulo 18 e, em regra, na modelística cíclica Keynes - Kaleckiana.

Keynes e o ciclo: dois caminhos

A expansão explicada pelo multiplicador por si só não reverte. Reestabelecida a identidade poupança - investimento, como já foi assinalado, cessa o movimento. Se, por acaso, o movimento levar ao pleno emprego, atingido este ponto, o crescimento se transfere para os preços (30). Em ambos os casos, manifestamente, não nos encontramos diante de movimentos cíclicos.

Por outro lado, se a propensão a consumir for muito elevada, os movimentos em qualquer direção serão desmesuradamente grandes. Em tal caso, "um aumento do investimento, ainda que pequeno, poria em movimento um aumento cumulativo da demanda efetiva, até que uma posição de pleno emprego fosse atingida; enquanto um decréscimo do investimento poria em marcha um decréscimo cumulativo de demanda efetiva, até que ninguém mais encontrasse emprego" (31).

Estas são as questões que Keynes tentará responder no capítulo 18 da Teoria Geral. Trata-se, em suma, de explicar porque razões no mundo real, os movimentos "tendem a desfazer-se antes de atingir extremos e a reverter"... (32). A explicação seria buscada naquilo que o autor denomina "condições de estabilidade".

As condições de estabilidade seriam decorrentes de características especiais do mundo em que vivemos. Assim:

pótese de constância do estoque de capital seria porém substituída, já em Keynes (28), por uma premissa algo mais flexível: o estoque de capital altera-se ao longo do ciclo, em função do descompasso entre desgaste e reposição de capital. Descontada a variação ocorrida no âmbito do ciclo, no entanto, o estoque de capital permaneceria inalterado.

A mudança que acabamos de apontar sugere alguns comentários.

Ao deixar de lado a efetiva variação quantitativa e qualitativa do estoque de capital, Keynes e seus seguidores (29) introduziram uma radical separação entre ciclo e crescimento econômico - que passariam a constituir capítulos distintos de chamada dinâmica keynesiana.

Por outro lado, a expansão concebida como o resultado do predomínio da reposição sobre o desgaste do capital, e o declínio concebido como o seu inverso, poderiam quando muito servir de primeira aproximação ao estudo da retomada e da retração. Ficam, no entanto, de fora, a expansão propriamente dita, o auge (boom), a crise, e a depressão, a qual não deve ser confundida com retração. É bem verdade que no capítulo 22 Keynes ultrapassa de longe o estreito marco a que acabamos de nos referir. Ele prevalece, no entanto, no capítulo 18 e, em regra, na modelística cíclica Keynes - Kaleckiana.

to da plena ocupação, ou ao chão do emprego nulo, só poderia correr a alguém que, além de supor a existência de um multiplicador muito elevado, admitisse que os movimentos de alta e baixa conjuntural fossem governados por este singelo mecanismo.

Além disto, cabe lembrar, o pleno emprego não deve ser concebido como um ponto (ou teto). Os keynesianos, porém, tiveram que aguardar Phillips e sua curva, para começar a entender que esgotado o exército de reserva, a expansão possivelmente prossegue - em meio a condições peculiares, que a tradição do ciclo caracteriza como de "auge".

Quanto ao segundo estabilizador, jamais chegou a ser aceito nos próprios meios keynesianos, não havendo porque discutir-lo neste contexto.

A terceira condição, como diz Keynes, explicaria não tanto a estabilidade como, sobretudo, a tendência das flutuações numa direção qualquer "a serem revertidas no devido tempo" (34). Estamos aqui diante do chamado princípio do ajustamento do estoque de capital, proposição periférica em Keynes, e central em Kalecki. O princípio, que tem por base fenômenos de natureza técnica (período de maturação dos investimentos e de duração dos equipamentos), é parte integrante do acervo de idéias da tradição do ciclo (35). Nos teóricos do ciclo, contudo, este mecanismo tende a estar presente apenas como fator de recuperação. Explica-se: as necessidades de reposição estabelecem a existência de um nível mínimo de investimento, exigido para que

a capacidade produtiva seja mantida; na expansão, porém, não há porque admitir a existência de um limite (superior) predeterminado - e muito menos que este limite corresponda ao montante de investimento que "prevalecia anteriormente". Em suma, a eficiência marginal do capital não necessariamente cai em decorrência do aumento do estoque de capital, como pretende Keynes. Para que o referido mecanismo explique a reversão superior é preciso postular que o estoque de capital flutue em torno a um nível dado. Neste caso (e tida em conta a defasagem encomenda-entrega de equipamentos), o princípio efetivamente asseguraria um comportamento senoidal para a curva de produto. Em tal caso, porém, não mais estamos diante de uma explicação das flutuações econômicas: o modelo de ciclo assim obtido, retrata, quando muito, a forma de operar de um termostato⁽³⁶⁾.

* * *

Mediante as chamadas condições de estabilidade, Keynes pretende explicar porque os movimentos em qualquer direção tendem a perder impulso e, por fim, a reverter. O "ciclo" assim obtido teria características que convém ressaltar.

Os movimentos em qualquer direção são explicados através de relações entre investimento, consumo, renda e estoque de capital. O sistema financeiro (com seu mutante papel ao longo do ciclo)⁽³⁷⁾, as condições de contratação da mão-de-obra, bem como o surgimento e propagação de inovações, passam, em consequência, a ser vistos como complicações desnecessárias

(à explicação do ciclo), em que teriam se enredado as teorias pré-keynesianas⁽³⁸⁾. Com a mera incorporação do acelerador promovida por Harrod, a modelística cíclica Keynes-kaleckiana poderia dispensar a tradição do ciclo, que passava de marginal a superada.

Asseguradas as reversões pelas condições de estabilidade, o ciclo de inspiração Keynes-kaleckiana apresenta fases simétricas e, além disto, atenuadas. Mais precisamente, esta concepção de ciclo exclui o auge, o colapso e a depressão⁽³⁹⁾.

A suave ondulação assim (supostamente) explicada, corresponde à convicção de Keynes de que "Flutuações podem começar bruscamente mas se desgastam antes de atingir extremos, e uma posição intermediária, que não é nem desesperada nem satisfatória, parece ser nosso destino normal". O autor da Teoria Geral era, porém, demasiado ligado ao mundo, para satisfazer-se com uma concepção caracterizada pelo simetrismo⁽⁴⁰⁾, e pela ausência de crises: uma tentativa de aproximação do mundo real seria levada a efeito no capítulo 22.

* * *

A maneira pela qual Keynes tenta enfrentar a questão do ciclo - o ciclo real, e não as flutuações simétricas e desprovidas de extremos anteriormente referida - é apontada logo no início do capítulo 22. "O ciclo deve ser visto, eu penso, como sendo ocasionado pela mudança cíclica da eficiência margi-

nal do capital" (41). Esta proposição, em que o autor reiteradamente insiste ao longo do capítulo, lhe é fundamental em dois sentidos.

Primeiramente, ela vincula o capítulo 22 ao corpo da obra. Afinal, a eficiência marginal do capital havia sido enfaticamente apontada como uma das "variáveis independentes" do sistema. Tão ou mais importante, sendo a eficiência marginal do capital, altamente sensível às expectativas de longo prazo, é fácil concebê-la como algo passível de violentas oscilações e, por conseguinte, capaz de trazer para o esquema keynesiano os extremos de que carece a concepção do ciclo esboçada no capítulo 18.

Há porém uma grande e insuperável falha na proposta de Keynes.

Para que a eficiência marginal do capital seja capaz de levar a economia a um comportamento cíclico, faz-se necessário (como diz Keynes) que ela própria apresente flutuações cíclicas. O autor, porém, visivelmente não consegue fundamentar esta proposição. Nas poucas passagens em que procura fazê-lo, Keynes parece hesitar entre uma visão "realista", na qual a expectativa de rendimentos futuros depende do estoque de capital existente (com o que estaremos de volta ao capítulo 18), e uma visão centrada na especulação e na incerteza, cujas raízes encontram-se no capítulo 12.

A este último respeito, caberia chamar a atenção para uma passagem em que, referindo-se a 1929, afirma Keynes que "a taxa de juros era alta o suficiente para conter novos investimentos, exceto naquelas direções que se encontravam sob influência da excitação especulativa", e que uma taxa "suficientemente elevada para deter a especulação teria brechado, ao mesmo tempo, qualquer tipo de investimento razoável" (42). Como se vê, o boom é aqui ameaçado, não pela queda da eficiência marginal do capital, e sim por uma complicação mais sutil e mais verdadeira: os negócios especulativos permitem pagar juros que os "investimentos razoáveis" não suportam. Esta situação, antecipada em textos de Marx e realçada por Tugan, encontra-se de corpo inteiro retratada por Cassel, numa das mais acabadas formulações alcançadas pela tradição do ciclo (43).

Não logrando (e nem sequer seriamente tentando) mostrar que os ciclos, de acordo com a sua proposta, seriam ocasionados pela flutuação da eficiência marginal de capital, restaria a Keynes insistir em que as expectativas de longo prazo "baseadas em informações mutáveis e não confiáveis, encontram-se sujeitas a súbitas e violentas mudanças" (44). Consequentemente, os investimentos, que delas dependem, devem ser considerados eminentemente voláteis - como não se cansa o autor de repetir, em sua famosa síntese de 1937 (45).

A tese da volatilidade das expectativas levaria Keynes em duas direções.

Foi o Castro ou a Secretária?

A primeira consiste em realçar a importância do estado de espírito dos homens de negócio. Visto por este ângulo, o boom seria uma fase de predomínio de ilusões quanto à rentabilidade das aplicações: "Quando vem a desilusão, esta expectativa é substituída pelo seu contrário, o "erro do pessimismo"... (46).

Sem constituir um corpo estranho na obra de Keynes, o realce às chamadas "ondas de psicologia irracional" oferecia a Keynes um caminho fácil (e, aliás, muito trilhado), que não parece contudo levar a parte alguma. Por esta via a questão dos ciclos praticamente escapa ao alcance da economia, e as fases do ciclo, quando referidas, serão caracterizadas - ou melhor, reduzidas, a estados de espírito dos agentes econômicos. Toma-se então difícil ir muito além de Pigou e suas observações a respeito da "interdependência psicológica", ou de Marshall e sua exaltação da confiança, "varinha mágica" (a expressão é de ele, Marshall) do mundo dos negócios.

A segunda direção consiste em realçar - sob o rótulo "incerteza" - a irredutibilidade da nossa ignorância do futuro. O conceito de incerteza revelou-se fecundo no que tange às teorias de Keynes acerca da moeda e, em particular, dos juros; o mesmo, contudo não pode ser dito a respeito das esparsas observações de Keynes sobre as implicações da incerteza, para o comportamento da economia. Assim, por exemplo, a afirmativa de que se "nosso conhecimento do futuro fosse calculável e não sujeito a súbitas mudanças", será razoável supor que "a totalidade dos recursos disponíveis seria normalmente empregada" e "as



condições requeridas pela ortodoxia seriam satisfeitas" (47), surge como algo solto e infundado, a revelar a distância em que Keynes se manteve da tradição do ciclo.

Além disto - e indo agora ao principal - se os agentes econômicos efetivamente agissem como se a cada momento qualquer mudança pudesse ocorrer, a economia haveria de proceder como um caleidoscópio (48). Se, porém, contrariamente, o comportamento da economia apresenta cadência e regularidade, num grau suficiente para que se possa falar em ciclos (Keynes estaria aqui seguramente de acordo), há que convir que a incerteza inerente ao comportamento humano tem suas consequências de alguma maneira anuladas ou minoradas.

O que precede sugere pelo menos 2 indagações. O que faz com que os agentes econômicos - que em última análise não sabem jamais o que vai efetivamente ocorrer - se comportem como se soubessem? Além disto, que razões existem para que o comportamento dos agentes econômico (além de "regularizado") resulte em evolução cíclica da economia como um todo?

No que toca à primeira pergunta, Keynes tinha uma resposta bastante simples. Para ele os indivíduos atribuem ao "juízo convencional" (dos demais) um valor que a experiência prática não comprova. Tal procedimento teria por base a sabedoria popular, a qual nos diz que é "melhor para a reputação errar convencionalmente, do que acertar de maneira inconventional" (49).

A resposta, que contém um grão de verdade, mais uma vez não leva a parte alguma se não soubermos como, e, sobretudo, em que medida, o "juízo convencional" chega a prevalecer sobre a incerteza. Esta última questão é, de fato, crucial para o argumento. Isto porque, se o juízo convencional, não obstante infundado, prevalecesse em todas as circunstâncias, o desconhecimento do futuro não teria, a rigor, consequências sobre o comportamento dos agentes econômicos (interessando no entanto, saber, como os tais julgamentos surgem e se sucedem...).

Além disto, faltaria ainda responder à segunda questão: como a incerteza, e/ou a convenção que a substitue, se relacionam com a evolução cíclica da economia? Evidentemente, face a esta precisa questão, de nada serve insistir em que: "Em todos os momentos o vago medo pânico e as igualmente vagas e impensadas esperanças não chegam a ser apaziguadas, e permanecem apenas um pouco abaixo da superfície" (50).

Na tradição do ciclo, a incerteza, enquanto algo inerente ao comportamento humano, é omitida. É importante perceber, no entanto, que se a incerteza (no sentido de Keynes) não é aí considerada, existem sim indeterminações como resultado dos conflitos de interesses, e do entrelaçamento de critérios. No auge, a indeterminação da trajetória resulta de que a credibilidade dos tomadores de empréstimo é definida por critérios que lhes são alheios, e, além disto, de que as ondas especulativas (características desta fase) tem um desenlace imprevisível. Tam-

bém a saída da depressão é vista por autores da tradição do ciclo, como algo que comporta elevado grau de indeterminação. Como provam-no os rebates falsos, ou "recuperações abortadas". Nestes casos, certos mecanismos expansivos (como por exemplo a repositição de estoques) chegaram a ser acionados, mas o impulso inicial se esvae, sem que chegue a ser ativada a demanda de máquinas e equipamentos destinados à construção de novas plantas. Este gênero de indeterminação permite-nos pois estabelecer um último contraste - desta feita entre a tradição do ciclo, e os "perpetuum mobili" da modelística Keynes-Kaleckiana.

* * *

Derrotado nos dois caminhos teóricos através dos quais tentou apreender o fenômeno do ciclo, mediante o uso de suas categorias de análise, Keynes termina o capítulo 22 flirtando com a idéia de que as oscilações observadas nas colheitas, forneceriam a base para uma explicação do ciclo (51). Keynes saltava assim de um exacerbado "endogenismo" (capítulo 18), para um despropositado apelo a causas externas. Em ambos os casos o autor pagava um elevado preço, pela omissão sistemática da grande tradição do ciclo.

NOTAS

- 01 - "The Collected Writings of John Maynard Keynes", Vol.XIII, pags. 486 e 491.
- 02 - Wesley Mitchell, "Business Cycle" em Readings in Business Cycle Theory, American Economic Society, 1950, pag. 44.
- 03 - "The Collected Writings...", A Treatise on Money, Vol.VI.
- 04 - J.M. Keynes, "The General Theory of Employment Interest and Money", Macmillan, 1954, pag. 313.
- 05 - Idem, pag. 371.
- 06 - Hyman Minsky, "John Maynard Keynes", Columbia University Press, 1975, Vide, especialmente pags. 60, 61 e 131. Até mesmo o capítulo 22 da Teoria Geral tem sido confrontado por pós-keynesianas com os clássicos (no sentido de Keynes). E isto não obstante ser por todos admitido, que o universo ortodoxo não comporta o ciclo, senão como acidente e/ou desvio. Robert Keller e J.Lon Carlson, "A neglected chapter in Keynes General Theory", Journal of Post Keynesian Economics, Vol IV, nº 3.
- 07 - A. B. Castro, "O retorno do ciclo", em "O capitalismo ainda é aquele", Forense Universitária, 1979.
- 08 - Concordo por conseguinte com Shackle ao afirmar que o surgimento da Teoria Geral marca "o início do fim da teorização sobre ciclos". Quanto ao seu desapreço pelos modelos

- Keynes-Kaleckianos estou também de acordo, ainda que nem sempre pelas mesmas razões. G. L. Shackle, "The Years of High Theory", Cambridge University Press, 1967, pag. 266 e seguintes. Vide também Porque não Kalecki em "O capitalismo ainda é aquele", op.cit.
- 09 - Paul Davidson, "Money and The real world", John Wiley and Sons, pags. 144-5 e 154-5.
 - 10 - Peter Kenway, "Marx, Keynes and The possibility of crisis" em, Cambridge Journal of Economics, março de 1980.
 - 11 - Gustavo Cassel, "Economia Social Teórica", M.Aguilar, 1946. Livro IV, Capítulo XIX, pg. 553. (1a. edição, 1918). Joseph Schumpeter, "Teoria del Desarrollo Economico", Fondo de Cultura Económica, 1957, pag. 133 (1a. edição, 1911).
 - 12 - A. Marshall, The Economics of Industry, Livro III, cap.I, reproduzido em Lecciones sobre Ciclo Económico y Renta Nacional, A. Hansen e R.Clemence, Instituto Interamericano de Estadística, Argentina, 1956, pg. 107.
 - 13 - M. Tugan Baranovsky, "Les crises industrielles en Angleterre" M.Giard e E.Brière, 1913 (1a. edição russa, 1894).
 - 14 - Vide, p.ex., Alvin Hansen, "A Guide to Keynes", Mac Graw-Hill, 1953, capítulo I.
 - 15 - Lloyd Metzler, "Keynes and The Theory of Business Cycles", em Seymour Harris (ed.). The New Economics, Knopf, 1947. pag. 441.

- 16 - "The Collected...", op.cit., Vol. XIV, pag. 26 (grifo de Keynes).
- 17 - Num trabalho de mais fôlego, caberia ter em conta um terceiro processo cumulativo, referente ao surgimento e propagação de inovações "que marcam época". Este processo, de contornos seguramente menos nítidos, encontra-se referido numa minoria de autores da tradição de ciclo. Observe-se, a propósito, que Wicksell, a quem se deve a primeira formulação de um processo cumulativo operando na economia, foi também um pioneiro na detecção das chamadas ondas tecnológicas. Knut Wicksell, *Interest and Prices*, Macmillan, 1936, capítulos 8 e 11.
- 18 - O fenómeno (já anteriormente detectado por alguns observadores) foi integrado à teoria dos ciclos por Tugan Baranovsky, sob o rótulo "desproporção". M. Tugan Baranovsky. "Les crises Industrielles en Angleterre". ob. cit., Parte II, cap. III.
- 19 - A evolução do crédito e dos juros é em geral tratada na tradição do ciclo, através de alguma versão da insustentável teoria dos "fundos emprestáveis".
- 20 - vide a propósito: Geoffrey Moore, "Productivity, Economic Growth and Inflation: Recent experience in The Light of Mitchell's Hypothesis", em Conference on an Agenda for Economic Research on Productivity, Washington, 1973.

- 21 - Tugan, op.cit., Parte II, pag. 191.
- 22 - "General Theory", op.cit., pag. VII
- 23 - "Collected Writings...", op.cit., Vol. XVI, pag. 119.
- 24 - "Collected Writings...", op.cit., Vol. XIII, pag. 486.
- 25 - "Collected Writings...", op.cit., Vol. XIII, pag. 513.
- 26 - J.A. Kregel, "I Fondamenti marshalliani del Principio della Demanda Efetiva di Keynes", *Giornale degli Economisti e Annali di Economia*, Ano XXXIX (Nova Série).
- 27 - "General Theory", op.cit., pag. 114.
- 28 - "General Theory", op.cit., pag. 253.
- 29 - Nota sobre Kalecki.
- 30 - "Collected Writings", Vol. XIV, pags. 104 e 105.
- 31 - "General Theory", op.cit., pag. 252.
- 32 - "General Theory", op.cit., pag. 250.
- 33 - "General Theory", op.cit., pags. 250 a 254.
- 34 - "General Theory", op.cit., pag. 251.
- 35 - Veja-se Albert Aftalion, "La Teoria de los ciclos economicos basada en la Técnica capitalista de Producción", em *Las Caciones*, op.cit., pag. 138 a 148.
- 36 - A.B. Castro, "A controvérsia da Demanda Efetiva", em *Cadernos de Opinião*, nº 15.

- 37 - Segundo Minsky as finanças teriam grande relevância na concepção keynesiana do ciclo - donde se presume que o seu desaparecimento nos modelos cíclicos, a partir de 1936, constituiria mais uma traição ao mestre. A posição de Minsky é, no entanto, seguramente equivocada. Keynes absolutamente não realça as finanças em suas fragmentárias observações sobre o ciclo. O que afirma Keynes, mais de uma vez, é que as decisões de poupar não determinam as condições de liquidez da economia, as quais dependem, necessariamente, do sistema financeiro. Isto posto, insiste Keynes em que "haverá sempre poupança ex post exatamente suficiente para compensar o investimento ex post e, desta maneira, engendrar (release) as finanças que o investimento estava anteriormente usando". A proposição - que apenas expressa uma convenção contábil - opera como um convite à omissão das finanças na dinâmica cíclica. "Collected Writings" Vol. XIV, op.cit., pag.222.
- 38 - G.S.Shackle, The Years of High Theory, op.cit., pag.267.
- 39 - H.Minsky, John Maynard Keynes, op.cit., pag.63.
- 40 - Nos anos 20 deste século, a proliferação de estudos sobre ciclos permitiu ver que a regularidade dos ciclos era muito inferior ao que se supunha. W.Mitchell, Business Cycles, op.cit. Já Tugan, no entanto, havia destacado a irregularidade dos ciclos que, para ele, teriam por duração entre 7 a 11 anos.
- 41 - General Theory, op.cit., pag. 313.
- 42 - General Theory, op.cit., pag. 323.

- 43 - Tugan Baranovsky, op.cit., especialmente pags.254-5, Gustavo Cassel, Los factores determinantes... op.cit., pags. 134 a 137.
- 44 - General Theory, op.cit., pag. 315.
- 45 - The General Theory of Employments, em Collected Writings, op.cit., Vol.XIV, pags.109 a 123. (Especialmente pag.121)
- 46 - General Theory, op.cit., pags. 321/322.
- 47 - Collected Writings, op.cit., pag.119.
- 48 - Mudança caleidoscópica seria aquela em que a situação altera-se "abruptamente para algo totalmente diferente". Schackle, "A Schema of Economic Theory", Cambridge University Press, 1968, pag. 5, onde a comparação é sugerida.
- 49 - Collected Writings, op.cit., pag.114 e General Theory, op.cit., pag.158.
- 50 - Collected Writings, Vol. XIV, pag.115.
- 51 - General Theory, op.cit., cap.22, item VII.